

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ENFERMAGEM
ADMINISTRAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM I

REFERÊNCIAS PARA VISITA TÉCNICA A SERVIÇOS DE APOIO – 2024.1

1. UNIDADE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. ANVISA. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. 2002. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0050_21_02_2002.html>

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RESOLUÇÃO - RDC Nº 52, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014. DISPONÍVEL EM: <https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3637614/RDC_52_2014_.pdf/ca9f2f97-a99a-4e77-8ed0-302f19faa714>

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RESOLUÇÃO - RDC Nº 216: Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. 2004. 15 p. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html>

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO- COFEN Nº453/2014 - Atuação da equipe de Enfermagem em Terapia Nutricional. 2014. 7 p. Disponível em: <<https://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/Resolucao-Cofen-no-453-2014-1.pdf>>

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM. Guia De Boas Práticas De Enfermagem Em Terapia Nutricional Enteral. São Paulo. 2023. Disponível em: <https://portal.coren-sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/Guia_de_boas_praticas_de_enfermagem_em_terapia_nutricional_enteral.pdf>

2. UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE ROUPAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução – RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Brasília: ANVISA, 2002. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0050_21_02_2002.html>

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Processamento de roupas em serviços de saúde: prevenção e controle de riscos. Brasília: ANVISA, 2009. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-processamento-de-roupas-de-servicos-de-saude-prevencao-e-controle-de-riscos.pdf/view>>

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução – RDC nº 6, de 30 de janeiro de 2012. Brasília: ANVISA 2012. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0006_30_01_2012.html>

3. ALMOXARIFADO

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução – RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002. Brasília: ANVISA, 2002. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0050_21_02_2002.html >

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Manual de estruturação Almoxarifados De Medicamentos E Produtos Para A Saúde E De Boas Práticas De Armazenamento E Distribuição. São Paulo. 2003. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/manualdealmoxarifado.pdf> >

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução RDC nº de 430 17 de setembro de 2021. Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos. Brasília: ANVISA, 2021. Disponível em: <https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2957539/RDC_430_2020_.pdf/7ea80fbc-2d85-4470-85b3-888472f0174a >

4. SETOR DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO - TI

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Informação e Informática em Saúde. Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_infor_informatica_saude_2016.pdf >

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.768, de 30 de julho de 2021. Altera o Anexo Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Na Informação e Informática em Saúde (PNIIS). Brasília: Ministério da Saúde, 2021b. Disponível https://bvs.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt1768_02_08_2021.html.

CAVALCANTE, R. B.; PINHEIRO, M. M. K. Política nacional de informação e informática em saúde: avanços e limites atuais. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 91-104, dez. 2011 Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/10487>.

MALUCELLI, A. et al. Sistema de informação para apoio à Sistematização da Assistência de Enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 63, n. 4, p. 629-636, jul. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/mwGtB4fRZXX6Td8TXkMW83m/>

PERES, H.H.C.; LEITE, M.M.J. Sistemas de Informação em Saúde. In: KURCGANT, P. (coord). Gerenciamento em Enfermagem. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. Disponível em: <https://telosead.com.br/ava/pluginfile.php/22682/mod_glossary/attachment/37/Gerenciamento%20em%20Enfermagem%20-%20Kurcgant.pdf >

5. HOTELARIA HOSPITALAR

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 63, de 25 de novembro de 2011. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 44-46, 25 nov. 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/rdc0063_25_11_2011.html >

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. Secretaria de Gestão. Instrução Normativa Nº 5, de 26 de maio de 2017. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União: ed. 100, seção 1, Brasília, DF, p. 90, 26 mai. 2017. Disponível em:

<<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/midias/INn05de26demaiode2017Hiperlink.pdf> >

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH). Diretoria de Administração e Infraestrutura. Portaria SEI Nº 142, de 09 de agosto de 2019. Dispõe sobre a implementação dos cadernos de processos e práticas de hotelaria hospitalar. 2019. Disponível em:

<<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao-e-normas/hotelaria/legislacao-e-normas/normas-vigentes/portaria-sei-no-142-de-09-de-agosto-de-2019-cadernos-de-processos-e-praticas-em-hotelaria-hospitalar.pdf/view> >

6. FARMÁCIA

BRASIL. MINISTERIO DA SAÚDE. ANVISA. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. 2002. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0050_21_02_2002.html >

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 67, 8 de outubro de 2007 - Regulamento sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. 2007. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rdc0067_08_10_2007.html >

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 44, 17 de agosto de 2009 - Regulamento sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias. 2009. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2009/rdc0044_17_08_2009.pdf >

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 44 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/40%20-%20BRASIL_%20MINIST%C3%89RIO%20DA%20SA%C3%9ADE%202009%20Diretrizes%20para%20Estruturacao%20Farmacias%20no%20Ambito%20o%20SUS.pdf >

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 20, 5 de maio de 2011 - Regulamento sobre medicamentos a base de substâncias antimicrobianas de uso sob prescrição, isoladas ou em associação. 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/rdc0020_05_05_2011.html >

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 80, 11 de maio de 2006 - Estabelece requisitos de Boas Práticas para Fracionamento de Medicamentos. 2006. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2006/rdc0080_11_05_2006.html >

7. CENTRO DE REFERENCIA PARA IMUNOBIOLOGICOS ESPECIAIS - CRIE

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Imunizações e Doenças Imunopreveníveis. Manual dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Imunizações e Doenças Imunopreveníveis, Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações. – 6. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2023. 176 p. : il. Disponível em: <<https://sbim.org.br/images/calendarios/manual-dos-centros-de-referencia-para-imunobiologicos-especiais-6a-edicao-2023.pdf> >

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. PORTARIA N° 48, DE 28 DE JULHO DE 2004. Institui diretrizes gerais para funcionamento dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais - CRIE, define as competências da Secretária de Vigilância em Saúde, dos Estados, Distrito Federal e CRIE e dá outras providências. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2004/prt0048_28_07_2004.html >

8. SERVIÇO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR - SCIH

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. PORTARIA N° 2616, DE 12 DE MAIO DE 1998. Resolve expedir, na forma dos anexos I, II, III, IV e V, diretrizes e normas para a prevenção e o controle das infecções hospitalares. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt2616_12_05_1998.html >

BRASIL. LEI N° 9.431 DE 6 DE JANEIRO DE 1997. Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19431.htm >

BARROS MM, PEREIRA ED, CARDOSO FN, SILVA RA. O enfermeiro na prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde. Universitas: Ciências da Saúde. DOI: <https://doi.org/10.5102/ucs.v14i1.3411>

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RESOLUÇÃO N° 48, DE 2 DE JUNHO DE 2000. Fica aprovado o Roteiro de Inspeção do Programa de Controle de Infecção Hospitalar. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2000/rdc0048_02_06_2000.html >

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Programa nacional de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (pnpciras) 2021 a 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/pnpciras_2021_2025.pdf >

Marteletto, CA; Valente, GSC. Educação Permanente: Uma Estratégia na Promoção, Prevenção e Controle de Infecção Hospitalar. Revista Pró-UniverSUS. 2017 jul./dez.; 08 (2): 137-139. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/enfermeria/resource/pt/biblio-982147> >

9. NÚCLEO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE. Política nacional de educação permanente em saúde: o que se tem produzido para seu fortalecimento? / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde 1. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 73p.:il. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf >

10. LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

BRASIL. MINISTERIO DA SAÚDE. ANVISA. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. 2002. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0050_21_02_2002.html >

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RESOLUÇÃO Nº 302, DE 13 DE OUTUBRO DE 2005. Dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos. 2005. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0302_13_10_2005.html >

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA RDC No 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. 2018. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf >

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. NR 32 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf>